



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR  
Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia  
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

**PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 012/2021**

**1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**

**a) Unidade Descentralizadora e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA**

Nome da autoridade competente: **Vanderley Ziger**

Número do CPF: **\*\*\*.101.019-\*\***

Nome da Secretaria/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria de Pessoal de 13 de maio de de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2024, Edição 92, Seção 2, pág. 01.**

**2. UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **UG 490051/Código de Gestão 00001 - Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **UG 490051 - Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**

**2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**

**a) Unidade Descentralizada e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB**

Nome da autoridade competente: **Georgina Gonçalves dos Santos**

Número do CPF: **\*\*\*.137.195-\*\***

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Diário Oficial da União (DOU) de 02 de agosto de 2023 - Edição 146 - Seção 2 - Página 1. Decreto de 1º de Agosto de 2023.**

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **158092 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB - Código de Gestão 26351**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG responsável pela execução do objeto do TED: **158092 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB - Código de Gestão 26351**

**3. OBJETO:** Apoiar ações de qualificação técnica de jovens profissionais no âmbito do projeto "QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DA BAHIA", Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

#### 4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

As ações estão detalhadas no Projeto “QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS: PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DA BAHIA”, classificado no âmbito do Edital de chamamento público N. 01/2020 Programa de Residência Agrícola.

##### METAS:

**Meta 01 ( 2021)** - Concessão de bolsas a residentes de nível superior durante a vigência do projeto.

**Meta 02 (2021)**- Concessão de bolsas ao professor-orientador.

**Meta 03 (2021)**- Realização de reuniões, visitas técnicas e demais eventos e atividades inerentes à Residência Profissional Agrícola.

**Meta 04(2021)** – Disponibilização de material de consumo para a atuação e acompanhamento dos residentes durante o projeto.

**Meta 05 (2021)**- Locação de veículos para acompanhamento de residentes durante atividades do projeto.

**Meta 06 (2021)**- Realização de pagamento de ressarcimento de Despesas Operacional e Administrativa (RDOA) para a Gestão de Projeto à Fundação de Apoio da Universidade.

**Meta 07 (2022)**- Concessão de bolsas a residentes de nível superior durante a vigência do projeto.

**Meta 08 (2022)**- Concessão de bolsas ao professor-orientador.

#### 5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

As noções mais modernas têm ampliado o entendimento sobre o papel do campo e do mundo rural nas sociedades contemporâneas, em um mundo cada vez mais preocupado com a sustentabilidade ambiental e a responsabilidade social. Essa noção aponta que o campo sai de sua função exclusivamente primária - a produção econômica através da atividade agrícola - encampando, assim, processos sociais, culturais e ambientais. Além da agropecuária, ganham destaque outros tipos de serviços prestados ao conjunto da sociedade, relevante destacar que essa compreensão considera a atividade agrícola como dimensão fundamental, e primeira da realização social do mundo rural, mas amplia suas funcionalidades, através do conceito de multifuncionalidade.

Nessa perspectiva, segundo Carneiro (2003), a multifuncionalidade compreende uma série de funções atribuídas e desempenhadas pelo rural, que transbordam a dimensão produtiva e monetária, estariam incluídas, então, aquelas atividades que são produtivas e não geram valor monetário - como a produção de alimentos para o autoconsumo - e ainda atividades produtivas não-agrícolas. Essas funcionalidades estariam relacionadas à conservação dos recursos naturais (águas, solos, biodiversidade), à preservação do patrimônio natural (paisagens) e à produção de alimentos de qualidade para a população, em quantidade e disponibilidades suficientes.

É importante darmos, então, visibilidade ao papel destacado que a agricultura familiar desempenha em termos das múltiplas funções do rural, qual é apontado também pela autora. Esse grupo social cumpre papel, tanto no campo da agricultura em bases sustentáveis, quanto na preservação de recursos naturais essenciais ao desenvolvimento do país, como também na produção de alimentos com diversidade, o que contribui na resiliência do sistema de abastecimento nacional.

Somam-se a esses elementos o caráter social da inclusão produtiva no campo. Pode-se dizer que a migração de centenas de milhares de famílias das zonas rurais para as cidades, no desenrolar das décadas de 1960, 1970 e 1980, apresentou certa funcionalidade ao desenvolvimento econômico nacional, dado que havia uma demanda de trabalho pujante na indústria nacional nascente e no setor urbano em franco crescimento. Ocorre que nas décadas seguintes esse processo sofre um arrefecimento significativo, a quantidade de empregos disponíveis nas cidades cai drasticamente, e as populações deslocadas acabam se acumulando em áreas periféricas, sem emprego, saneamento básico ou estruturas mínimas para uma condição de vida digna.

Todavia, no desenrolar da década de 1990, observamos mudanças significativas no campo brasileiro, a industrialização da agricultura na década de 1960 e 1970, criou as bases para maior abertura da agricultura ao capital internacional, além da intensificação do desenvolvimento tecnológico, constituindo historicamente aquilo que hoje se conveniu chamar de agronegócio.

Nesse período de transição de século, pela primeira vez desde a década de 1960, a população rural brasileira observa uma estabilização, e inclusive um modesto aumento. Esses processos estão relacionados entre si e se materializam, também, em um maior número de atividades não-agrícolas realizadas nos espaços rurais, muitas delas relacionadas ao fortalecimento das agroindústrias nesses territórios. Ao mesmo passo, a agricultura familiar incorpora, em certa medida, parte desses processos tecnológicos, liberando parte da força de trabalho familiar para se dedicar a outras atividades econômicas. O setor da agricultura familiar, da mesma forma, passa a encontrar maiores dificuldades de se manter exclusivamente através de atividades agrícolas, devido às mudanças econômicas no país no período em questão.

A combinação desses fatores passa a manifestar um processo singular no campo, que foi entendido e conceituado como *pluriatividade*. Nesse fenômeno social, as famílias agricultoras passam a compor, em sua organização de trabalho, a agricultura com outras atividades não-agrícolas, como, por exemplo, o trabalho nas agroindústrias, que surgem nas áreas rurais, os serviços agrícolas (exemplo: prestação de serviço como

tratorista), o turismo e a realização de atividades de beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas na agricultura familiar - em um caráter econômico mais acentuado (SCHNEIDER, 2005).

Esses processos são muito relevantes, pois ajudam a conformar as raízes históricas das agroindústrias da agricultura familiar mais contemporaneamente observadas, que se compõem no grande objeto de trabalho deste projeto. Nesse sentido, constatamos muitas mudanças nas relações entre campo e cidade na sociedade brasileira nos últimos 50 anos, logo, na transição da década de 1990 para os anos 2000, foram se constituindo marcadamente a noção do campo como lugar de inclusão social e frutas. Todo esse nível e expressão na produção de alimentos se expressa ocupando apenas 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país. Assim, os dados do IBGE (2017) expressam a participação fundamental dos agricultores familiares na produção de alimentos e sua importância na economia brasileira, em um país considerado fortemente agrícola. Essa agricultura constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; sendo que 40% da população economicamente ativa dependem dessa atividade, assim como 70% dos brasileiros que vivem no campo.

A Bahia se destaca como o estado com maior número de agricultores familiares do Brasil, o qual apresenta 13,9% do pessoal ocupado na agropecuária e corresponde a 15,2% dos estabelecimentos da agricultura familiar do país (IBGE, 2017). Especialmente nos Territórios de Identidade do Recôncavo, Portal do Sertão, Baixo Sul, Sisal, Piemonte Norte do Itapicuru e Piemonte da Diamantina, prevalecem a importância dos estabelecimentos da agricultura familiar na economia e nos aspectos sociais e culturais de formação do espaço rural.

Outro dado importante do Censo Agropecuário do IBGE (2017), refere-se ao levantamento em mais de 5 milhões de propriedades rurais do Brasil, que aponta que 11,4% destes estabelecimentos estão associados a cooperativas, com um aumento em 67,3% em relação ao Censo realizado em 2006. Em termos de áreas, o IBGE (2017) aponta que 20% da área de todos os estabelecimentos agropecuários estão associadas a cooperativas, sendo produtiva, relacionando os problemas urbanos crescentes à potencialidade econômica dos espaços rurais. Assim, a fórmula que apresenta a agricultura familiar, associando a família à unidade produtiva, ao trabalho familiar e à gestão direta do empreendimento, tem demonstrado potência no enfrentamento de problemas sociais e econômicos com a geração de ocupação, trabalho e renda no campo.

Outro campo relevante a se desenhar para compreendermos a relevância desta proposta é a esfera dos sistemas agroalimentares e do abastecimento de alimentos, mais especificamente a inserção da agricultura familiar nesses processos, sem esquecer também, seu papel na produção de alimentos básicos para o fornecimento à população brasileira. Nesse contexto, sabemos que as dificuldades relacionadas à comercialização são históricas para a agricultura familiar e já vêm sendo identificadas e discutidas nas últimas décadas na academia e em determinados setores do público.

Ao pensar historicamente o abastecimento de alimentos no Brasil, é importante lembrarmos que os períodos de fome no Brasil durante os séculos XIX e XX eram muito comuns, e essa problemática cruel se projetava com muita expressão, até a década de 1990 o Brasil apresentava um quadro crônico de fome, muito preocupante. A primeira iniciativa estatal de envergadura para atuar nessa esfera foi a criação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), estrutura pública de abastecimento, que se tornou imprescindível a partir da década de 1970, sobretudo devido ao intenso processo de urbanização verificado no país.

Segundo Belik e Cunha (2015), o sistema atuou integrando a produção com os canais de venda de alimentos, sobretudo para produtos hortifrutigranjeiros e buscava também, aproximar produtores rurais de varejistas e consumidores finais. A ideia inicial era estabelecer rotatividade nos pontos de venda (também chamados de “pedras”) para contemplar a característica singular do agricultor, que também precisava dar atenção à produção agrícola.

A rotatividade, então, poderia contribuir para acomodar essa pluriatividade dos produtores rurais e ao mesmo tempo viabilizar seu controle e participação nos processos de comercialização de alimentos. Porém a ideia não se consolida, o que se observa são processos de especialização tanto em relação aos tipos de alimentos comercializados nas “pedras”, quanto na atividade de comercialização. Muitos produtores deixaram suas atividades agrícolas para se dedicar exclusivamente à comercialização, mantendo muitas vezes os vínculos sociais com o espaço rural apenas como forma de garantir o acesso aos produtores. Esta tentativa, então, de criar canais de comercialização inclusivos para os pequenos produtores rurais não obteve êxito.

Com a extinção do SINAC no final da década de 1980, o Brasil entra na década de 1990, quando aos poucos se constrói a supremacia das redes supermercadistas, fundado em operações de compras próprias e centros de distribuições autônomos. Todavia, a dinâmica de operação das redes supermercadistas demanda um nível de especialização muito expressivo, exigindo dos fornecedores um nível de investimento alto, no sentido de atender especificações, escala e periodicidade nas entregas. Além disso, são correntes nas operações das grandes redes varejistas a exigência de descontos, bonificações, os longos prazos de pagamento e exigências de rastreabilidade. Essas condições de operação para fornecimento acabam, mais uma vez, por criar muitos limites à participação direta dos agricultores familiares (WILKINSON, 2003; BELIK E CUNHA, 2015).

Somam-se esses elementos os fatores e riscos inerentes à agricultura, primeiramente a questão dos ciclos biológicos das plantas, que demandam um capital de giro inicial significativo, devido justamente a extensão temporal dos ciclos produtivos. Associam-se a esse elemento de extensão futura, os riscos de variação da demanda e do preço, além dos riscos naturais de perda parcial ou total da produção. Aspectos, então, que intensificam esse processo de fragilização da agricultura familiar no que tange a comercialização de seus produtos. Esperamos nessa construção textual ter mostrado a importância sociocultural da agricultura familiar

e desenhar, por outro lado, toda a construção histórica de sua relação fragilizada com os processos de comercialização.

Olhando para os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), a agricultura familiar é responsável por 80% da produção de mandioca, 69% da produção de abacaxi, 66% da produção de abóbora, 62% da horticultura, 42% da produção de feijão. Em termos da fruticultura, a agricultura familiar produz acima de 70% na maioria esmagadora das que 70,6% desses estabelecimentos têm área entre 1 e 50 hectares, em que 71,2% desses estabelecimentos cooperados são da agricultura familiar.

Cooperativa é uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades comuns, através de princípios cooperativistas fundamentados na gestão democrática e participativa. Contribui diretamente para atendimento das necessidades dos cooperados, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento territorial, visto que os recursos investidos contribuem para a movimentação da economia local com o compromisso de contribuir com os processos de educação para a cooperação. As vantagens de uma cooperativa da agricultura familiar significam que a partir da união se conseguem benefícios comuns, com menores custos, especialmente no acesso ao mercado que garantem regularidade e escala de oferta dos produtos da agricultura familiar.

São estruturas que têm contribuído diretamente para o enfrentamento dos desafios de produção e comercialização da agricultura familiar, que segue apresentando papel muito relevante na produção de alimentos brasileira, o que reforça a importância da consecução de propostas técnicas como a presente, como potencialidade de geração de emprego, trabalho e renda para jovens recém egressos e formandos das Ciências Agrárias e Afins do ensino superior, voltada para a realidade rural do Brasil, e especialmente do estado da Bahia.

Esse contexto reforça a necessidade de propiciar espaços de formação e de qualificação desses jovens egressos do ensino superior, em que possam se qualificar profissionalmente no debate da produção e do abastecimento de alimentos da agricultura familiar, temas que se entrelaçam à dinâmica de contribuições na área da gestão e do desenvolvimento de tecnologias inovadoras, que potencializem as condições existentes dessa agricultura nas estruturas das cooperativas, assim como também das associações enquanto organizações que mantêm a proximidade com a base da agricultura familiar no processo de beneficiamento dos alimentos.

Neste sentido, é importante destacar o papel da educação profissional que integra o trabalho, à ciência e à tecnologia como uma estratégia de acesso ao desenvolvimento da tecnocientífico, conforme a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei no 9.394/96), no Artigo 39. Logo, as iniciativas correlatas se constituem em espaços que possibilitam o exercício profissional sob orientação na relação entre a universidade e as unidades residentes, que têm relações, em três contextos, com a agricultura familiar: a primeira, com as cooperativas da agricultura familiar que propiciam assessoria técnica e beneficiamento aos produtos da agricultura familiar, voltados para garantir e ampliar o acesso aos mercados; a segunda, junto às associações, como entidades da sociedade civil organizada e formadas pelos agricultores familiares como base produtiva, de proximidade e que se relacionam com o mercado, e em alguns casos, com as cooperativas; e terceiro, nas organizações não governamentais e governamentais que prestam serviços de ATER aos agricultores familiares e seus empreendimentos.

Iniciativas, como o Programa Residência Profissional Agrícola, garantem a capacitação técnica quanto a necessidades diversas no contexto da ambiência e das organizações da agricultura familiar, que possibilitam a construção de práticas e de reflexões teóricas na relação entre universidade e as unidades residentes. Essas ações qualificam os jovens recém-egressos e formandos para compreenderem as especificidades culturais e históricas do campo, e que considerem o modo de viver e produzir da agricultura familiar.

Esse modo de viver e produzir fundamenta, por um lado, a importância da agricultura familiar na produção de riquezas e de abastecimento interno de alimentos, e por outro, a geração de trabalho, emprego e renda para jovens recém-egressos e formandos do ensino superior. Esses jovens podem receber contribuições formativas e técnicas, mas também, contribuir na construção de conhecimentos e desenvolvimento de tecnologias adequadas e contextualizadas para a realidade da agricultura familiar e seus ecossistemas.

Por parte da UFRB, este projeto tem conformidade com as finalidades na oferta à sociedade de uma formação profissional de qualidade de jovens da área das Ciências Agrárias, e que esteja contextualizada com as realidades territoriais. Essa oportunidade de ensino voltada para a complementação da formação dos jovens recém-egressos e formandos, tem a configuração de um Curso de Especialização na qualidade de residente; ao mesmo tempo, se configura como extensão universitária na relação com as unidades residentes, e com outras atividades formativas integradas com a UFRB que podem ser potencializadas; e também de pesquisa, com a possibilidade de, através do residente, estabelecer um elo entre as unidades residentes e a UFRB para uma agenda de investigação que possa ser exercitada e desenvolvida.

Ao mesmo passo, esse projeto tem implicação em promover formação e qualificação de jovens recém-egressos e formandos nas Ciências Agrárias e Afins, atuando na superação da visão de senso comum, que se tem sobre a agricultura familiar, como setor residual. Quando há inúmeros estudos e dados que demonstram sua importância na produção e abastecimento de alimentos no Brasil, e especialmente na Bahia, como também na geração de trabalho, emprego e renda.

Essa oportunidade está em consonância com a realidade dos territórios de atuação da UFRB, nos quais prevalece a ocupação territorial da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que possibilita à universidade e aos residentes a vivência junto às unidades residentes. Por sua vez essas últimas buscam a superação de seus desafios, com desenvolvimento de tecnologias adequadas, potencializando a produção e o beneficiamento,

bem como os processos de comercialização e o acesso aos mercados.

Assim, este projeto, de promoção de formação técnica e qualificação profissional de jovens das Ciências Agrárias, através da relação com unidades residentes que expressam sua diversidade organizacional, busca uma aliança entre os agricultores familiares e suas organizações com a universidade e o Governo Federal. Essa aliança está direcionada para a construção de uma política pública de formação e de ingresso de jovens das Ciências Agrárias e Afins no mercado de trabalho vinculado a agricultura e sua multifuncionalidade, devido a sua importância no Brasil, e especialmente no estado da Bahia.

Por fim, essa proposta busca contribuir com a construção das carreiras dos jovens profissionais egressos, oportunizando a eles inserção em experiências e atividades de trabalho concretas no âmbito agropecuário da Bahia, acompanhadas, ainda, por profissionais acadêmicos e técnicos qualificados. Ao mesmo passo, o residente poderá estabelecer contato com inúmeras organizações produtivas e do poder públicas ligadas à agricultura familiar, bem como participar da construção e elaboração de inovações tecnológicas. Somando esses fatores à qualificação acadêmica possibilitada por um curso de Especialização, esperamos potencializar carreiras produtivas, de sucesso e éticas no desenvolvimento agropecuário brasileiro.

## 6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

( ) Sim

( X ) Não

## 7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

( ) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

( ) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

( X ) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

## 8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

( X ) Sim

( ) Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1) Pagamento de taxa de administração à fundação de apoio no valor de R\$ 37.377,60 que corresponde a 9,00 % do valor global pactuado.

## 9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
<b>META 01 (2021)</b>	Concessão de bolsas para estudantes de nível superior durante a vigência do projeto.	Bolsa	90	1.200,00	108.000,00	Julho/21	Dezembro/25
<b>PRODUTO</b>	Relatórios individuais mensais elaborados pelos bolsistas.						

<b>META 02 (2021)</b>	Concessão de bolsas ao professor-orientador.	Bolsa	90	200,00	18.000,00	Julho/21	Dezembro/25
<b>PRODUTO</b>	Relatórios consolidados sobre o trabalho dos bolsistas.						
<b>META 03 (2021)</b>	Realização de reuniões, visitas técnicas e demais eventos e atividades relacionados à Residência Profissional Agrícola.	Eventos	24	1.135,75	27.258,00	Julho/21	Dezembro/25
<b>PRODUTO</b>	Relatórios de atividades e participação.						
<b>META 04 (2021)</b>	Disponibilização de material de consumo para a atuação e acompanhamento dos estudantes residentes durante o projeto.	Material de Consumo	24	436,05	10.465,00	Julho/21	Dezembro/25
<b>PRODUTO</b>	Relatório de aquisição e utilização de materiais.						
<b>META 05 (2021)</b>	Locação de veículos para acompanhamento de estudantes residentes e realização de intercâmbios técnicos nas Unidades Residentes, no âmbito das atividades do projeto	Reuniões	20	210,00	4.200,00	Julho/21	Dezembro/25
<b>PRODUTO</b>	Relatórios de atividades e viagens.						
<b>META 06 (2021)</b>	Gestão administrativa e financeira do projeto (ressarcimento de Despesas Operacionais e Administrativas (RDOA) à Fundação de Apoio da Universidade)	Serviço Administrativo	1	37.377,60	37.377,60	Julho/21	Dezembro/25
<b>PRODUTO</b>	Relatório de gestão e prestação de contas do projeto.						

<b>META 07 (2022)</b>	Concessão de bolsas para estudantes de nível superior durante a vigência do projeto.	Bolsa	150	1200,00	180.000,00	Abril/2022	Dezembro/25
<b>PRODUTO</b>	Relatórios individuais mensais elaborados pelos bolsistas.						
<b>META 08 (2022)</b>	Concessão de bolsas ao professor-orientador.	Bolsa	15	2.000,00	30.000,00	Abril/2022	Dezembro/25
<b>PRODUTO</b>	Relatórios consolidados sobre o trabalho dos bolsistas.						
<b>10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO</b>							
MÊS/ANO				VALOR			
Julho/2021				R\$ 205.300,60			
Novembro/24				R\$ 210.000,00			
<b>11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD</b>							
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA				CUSTO INDIRETO		VALOR PREVISTO	
33.90.39				Sim (9%)		R\$ 37.377,60	
33.90.39				Não		R\$ 377.923,00	
<b>12. PROPOSIÇÃO</b>							
Cruz das Almas /BA, julho de 2025.							
<p style="text-align: center;"><b>Georgina Gonçalves dos Santos</b> Reitora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB</p>							
<b>13. APROVAÇÃO</b>							
Brasília/DF, julho de 2025.							
<p style="text-align: center;"><b>Vanderley Ziger</b> Secretário de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA</p>							



Documento assinado eletronicamente por **Georgina Gonçalves dos Santos, Usuário Externo**, em 11/07/2025, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanderley Ziger, Secretário(a)**, em 21/07/2025, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **43907011** e o código CRC **492B57E5**.

---

**Referência:** Processo nº 21000.051704/2021-53

SEI nº 43907011